



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da 16.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada no Município de Jacarezinho, em 20/5/2021.

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às nove horas iniciou-se a 16.^a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, realizada de semi-presencial (modo remoto e presencial com distanciamento social), pelo aplicativo *zoom* e transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*. Deputados presentes: Arilson Chiorato, Luiz Cláudio Romanelli, Evandro Araújo, Tercílio Turini, Nelson Justus, Cristina Silvestre, Prof. Lemos, Soldado Fruet, Anibelli Neto. Senadores: Flávio Arns. O Mestre de Cerimônias da Assembleia Legislativa abriu a audiência às 09h15min, no Auditório PDE - UENP Campus Jacarezinho. Deputado Arilson cumprimenta todos (as) os (as) presentes. Esclareceu a motivação da audiência pública, para identificar os erros atuais, ouvir a percepção do povo, identificar erros e apresentar soluções, e reivindicar o melhor planejamento, que favoreça os usuários, o escoamento da produção do interior do Paraná para o Porto de Paranaguá, e o desenvolvimento econômico. Ressalta a importância de discutir os contratos ainda vigentes, e evitar que sejam criadas circunstâncias e condições ruins para os novos contratos, como degrau tarifário, 15 novas praças (norte pioneiro saindo de uma para quatro praças - outra Jacarezinho, Quatiguá e Sengés), critério de licitação com maior pagamento de outorga para desempate. A pressão de diversos agentes como Deputados da Assembleia Legislativa, Setores Produtivos da Indústria, Comércio e Turismo, fez com que o Presidente da República se manifestasse de forma diferente, e o Governador anunciou isto, o que deve ser parabenizado. Porém, qualquer mudança só será garantida no edital, e a Frente Parlamentar não vai desistir, vai até o final. A Frente é suprapartidária e defende mais obras em menos tempo e menor tarifa. Esclarece como serão organizados os trabalhos, com faladas intercaladas entre autoridades locais e representantes da sociedade civil.

Passado ao Dep Luiz Cláudio Romanelli, ressaltou houve um recuo do Governo Federal e Estadual na modelagem, que Dom Manuel também se reuniu com Governador e Secretário Sandro Alex em outubro de 2020. Esclarece que a taxa de outorga, paga pelas empresas, através de obras que, por conclusão das empresas, foram reduzidas no momento do leilão. O modelo atual é de 2510 de rodovias, chamado Anel de Integração 1809



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

federais e 701 estaduais. Muitas obras inacabadas. O novo modelo prevê 3.327 quilômetros, manutenção das 27 praças e mais 15 praças (5 noroeste, 2 norte pioneiro, 3 oeste, 2 sudoeste, 2 norte, 1 campos gerais). Serão, em tese, 42 bilhões de investimentos e mais de cem bilhões entre lucro e impostos. Esta região do Norte Pioneiro é o Lote 02, cria uma praça BR153, km 5 Jacarezinho, uma em Quatiguá (que deveria ser entre Wenceslau e Arapoti) e outra em Sengés. Este novo lote começa em Cornélio, vai até Jacarezinho, Jaguariaíva e depois Curitiba - Litoral. Deputado Tercílio faz uma lembrança que quem iniciar a viagem de Jacarezinho até Curitiba, terá que pagar sete praças de pedágio. Queremos uma licitação pelo menor preço de tarifa, sem limite de desconto, com base na concorrência, obras no início do contrato (começou concessão começou a obra), e uma garantia para a execução da obras, como um depósito de caução, sem taxa de outorga. A SEIL queria o modelo híbrido, mas agora após todas as discussões o Governo Federal se comprometeu, sem nada escrito até o momento em adotar o modelo menor preço. Temos exemplos positivos de licitação pelo menor preço. É importante registrar que toda a mobilização deve se atentar para o leilão, os contratos, e as cláusulas e as garantias contratuais, isto que devemos ter certeza, pois as concessionárias sempre judicializam (como fez com a praça de Jacarezinho que funciona por um decisão liminar no recesso judiciário do Min. Gilmar Mendes). A Assembleia Legislativa firmou um novo Manifesto uníssono entre todos os Deputados, assinado por todos protocolado na ANTT, com nossas propostas. Dep. Arilson passa a coordenação para o Dep. Evandro Araújo, vice-coordenador, pois terá que ir para inspeção da CEI da Vacina da Covid-19 em Apucarana. Senador Flávio Arns, afirma a posição favorável ao menor preço, sem limite de desconto, reforça a importância de uma Comissão Técnica entre os Governos, com participação da Frente Parlamentar, do setor produtivo, acadêmicos, entre outros, etc. Várias pessoas e autoridades são citadas. Prefeito de Jacarezinho se manifesta, sobre a importância do debate em Jacarezinho, pela falta de infraestrutura e alto custo cobrado, relata várias obras que são necessárias, e que é a favor do modelo do governador Ratinho, que é o mesmo da Frente. Prefeito de Carlópolis Presidente da Amunorp, faz sua manifestação. Prefeito de Santo Antônio da Platina Zezão, fala de uma obra mal feita em Santo Antônio, que causa enchentes. Afirma que a Frente Parlamentar já é vencedora. Bispo Dom Manuel faz pronunciamento em nome da Igreja Católica se organizam em



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

diversos movimentos, pastorais e Conselho Nacional de Leigos Regional Sul II, e os Bispos solicitaram que o pedágio seja efetivamente mais barato, o menor custo possível, o Conselho Nacional de Leigos têm alta capacidade técnica, como pesquisa feita pelo Prof. Luiz Eduardo, e têm que ser ouvidos. Ressalta a importância de serem ouvidos. Deputado Tercílio Turini, cumprimenta o Dep. Evandro, ressalta que são 30 anos, futuro do Paraná que está em jogo. Quem viaja do Norte Pioneiro para Londrina paga pedágio cheio e tem pista simples. Dep. Prof. Lemos, importância da Frente, depois de muito embate e muita pressão recebemos a informação que o Governo concorda em mudar o modelo para a menor tarifa. Nós queremos que o Edital seja reformulado. Dep. Soldado Fruet declarou que requereu ao Tribunal de Contas do Estado uma declaração de inidoneidade das Concessionárias, com base nos artigos 96 e 97 do regimento interno do TCE. Vice-Prefeito de Andirá, Pontinho. Dirceu Rosa Júnior, presidente da OAB/PR em Jacarezinho. Valmir de Araújo, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Jacarezinho. Dep. Anibelli Neto ressalta o trabalho dos Deputados e da Sociedade Civil, confirmou que o Governador assumiu o discurso pelo menor preço, e fez o Presidente se comprometer, espera o edital mas o compromisso será cumprido. Vereador Márcio Júnior, presidente da Câmara de Siqueira Campos. Dr. Rodolfo Fiorucci, do Instituto Federal do PR, questiona o fato da dupla cobrança TRU/IPVA e pedágio, e ao mesmo tempo se for mantido o pedágio, que seja autorizada a isenção para os estudantes que circulam casa/educação ou vice-versa. Prof. Luiz Eduardo, CODEP, importante utilizar o parâmetro do quilômetro percorrido, que foi aprovada no Congresso Nacional dia 10 de maio, e deve ser considerada que dos quinze mil quilômetros rodados, sete mil são das mesmas concessionárias. Vereador Sérgio, Jacarezinho. Guilherme Leite, Prefeito Ibaiti. Prefeito Ângelo Vigilato, de Japira. Vereador Nildo Stein, Jacarezinho, que ressalta a frente parlamentar. Iassu Kuriaki, do Conselho Regional de Leigos Sul II, que querem transparência, aprofundar a verdade de todas as categorias do governo, e sobre a tributação já que o pedágio é um serviço público, e as câmaras municipal podem reduzir de cinco para dois por cento do ISS, e também os Estados e a União. Dep. Evandro Araújo enaltece a liderança do Dep. Romanelli, que já trabalhou contra o pedágio de Jacarezinho, que já existiu a Comissão Especial contra a prorrogação dos contratos de pedágio, e que o Governador entendeu a vontade do povo do Paraná e que houve pleito



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

em Brasília. Dep. Romanelli faz um desagravo ao Prof. Luiz Eduardo Araújo, da UENP, que tem sido perseguido pela concessionária Econorte. Sobre a posição das praças de pedágio, deve ser discutido como as duas praças em Jacarezinho. Devem ser discutidas as rotas de fuga contra o pedágio, como em Barra do Jacaré. Ou a Rodovia PR entre Jacarezinho e Cambará. A BR153 será uma rota de fuga, assim como a PR160 de Cornélio até PR090 Piraí do Sul. Todos estes impactos ficarão sobre nossas rodovias. Sobre os tributos, é importante avaliar sim a desoneração do PIS/COFINS e do ISS sobre o custo do pedágio. Sobre IPVA, a finalidade é diversa, ficam 50% para estado e município, e entra nas receitas que são vinculadas (como na educação para município, ou na área na saúde para ambos os entes). Pode eventualmente ser utilizado para uma obra no sistema viário, mas não totalmente. Com análise técnica, foi feita análise de quanto custa para manter os 2500 km, custaria uma tarifa única de R\$3,50 e R\$2,00 por eixo de caminhão. Em resposta a João Alexandre, pergunta via youtube, o TCU determinou que deverá haver lei autorizatória para cessão das rodovias estaduais, e que a ANTT deverá considerar nos estudos as obras que foram pagas nos contratos e não foram realizadas. Dr. Rodolfo faz esclarecimento sobre sua fala. Vereador Nilton Stein propõe um frente contra a nova praça de pedágio. Contribuições pelo email: fppedagio@assembleia.pr.gov.br Nada mais havendo a tratar, o Dep. Romanelli e o Dep. Evandro Araújo agradeceram a participação de todos e declararam encerrada a Audiência Pública, realizada com todas providências para distanciamento social e de acordo com os decretos municipais e estadual vigentes para enfrentamento do novo coronavírus. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual ArilsonChiorato